



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DA BAHIA

PESQUISA JUDICIÁRIA

METODOLOGIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

SEPLAN
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
E ORÇAMENTO

**GRUPO DE
PESQUISAS
JUDICIÁRIAS**

Salvador | 2024

CONTROLE DE PRODUÇÃO

Elaboração	Data de Elaboração	Revisão	Data de Revisão	Cópia	Versão
Lara Rosa Barros	02/09/2024	Epaminondas Couto e Karina Uchoa	04/10/2024	Controlada	0.4
Pedro Souza Lara Rosa Barros	06/05/2024	Pedro Vivas	27/05/2024	Controlada	0.2
Pedro Vivas Priscila Fahel Livia Sousa Yves Pavetto Lara Rosa Barros	12/04/2024	Alexsandro Santos		Controlada	0.1
Pedro Vivas Priscila Fahel	10/05/2023	Livia Sousa		Controlada	0.0

* Controlada - Permitida - Proibida – Restrita

GRUPO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Nome	Composição
Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer	Juíza de Direito Supervisora
Eduarda de Lima Vidal	Juíza de Direito
Érico Rodrigues Vieira	Juiz de Direito
Lorena Castro Macedo Souza	Servidora indicada pela Corregedoria-Geral da Justiça
Adriana Viana Barreto	Servidora indicada pela Corregedoria das Comarcas do Interior
Epaminondas de Vasconcellos Couto	Servidor com formação em Estatística
Ricardo Neri Franco	Servidor com formação em Tecnologia da Informação
Alexsandro Silva Santos	Servidor com formação em Direito, com conhecimento em Tabelas Processuais Unificadas (TPU) e parametrização
Larissa Torquato de Oliveira Souza	Servidor com formação em Ciências Humanas e experiência em pesquisas
Marcos Mozar Laurine Ferraz de Novaes	Servidor que secretaria os trabalhos

GRUPO DE APOIO

Nome	Cargo Função
Pedro Souza	Assessor
Priscila Fahel	Analista Administrativa
Yves Pavetto	Assessor
Lara Rosa Barros	Pesquisadora

SIGLAS UTILIZADAS

ABAJ	Associação Brasileira de Jurimetria
AMAB	Associação dos Magistrados da Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
COEST	Coordenação de Estatística
CONPEDI	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
COREC	Coordenação de Registros e Concessões
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPAI	Comissão de Acessibilidade do TJBA
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
DPE	Diretoria de Planejamento Estratégico
DPJ	Departamento de Pesquisa Judiciária
EXAUDI	Sistema de Gestão de Acervo Processual do TJBA
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GPJ	Grupo de Pesquisa Judiciária
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
SEAD	Secretaria de Administração – TJBA
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento
SQL	<i>Structured Query Language</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PJe	Processo Judicial Eletrônico
RPJ	Rede Nacional de Pesquisas Judiciárias
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJBA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
TPU	Tabela Processual Unificada
UNICORP	Universidade Corporativa Hermes Lima
UNIJUD	Banco de Dados Único do Judiciário

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ETAPAS DA PESQUISA EMPÍRICA.	11
FIGURA 2 – EXEMPLO DE CONSULTA DE CLASSE AO SISTEMA DE GESTÃO DE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS	13

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 PESQUISA EMPÍRICA JUDICIÁRIA	8
2.1 Diretrizes Metodológicas	9
2.2 Etapas da Pesquisa Empírica Judiciária	10
2.2.1 Planejamento	11
2.2.2 Execução	23
2.2.3 Elaboração do Relatório	29
2.2.4 Divulgação	33
3 PESQUISA JUDICIÁRIA NO TJBA	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
ANEXO I	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa é um processo de trabalho que busca fornecer respostas a problemas em um cenário que se deseja que ocorram evoluções. Ela é forma de se gerar conhecimentos, ainda que não seja a única¹, e se caracteriza por sua capacidade de sistematizar processos, permitindo a produção de saber de maneira estruturada e metódica.

A história da pesquisa consolidou sua atividade como sendo típica das universidades e centros de estudos. Todavia, com o grande volume de dados² e informações produzidos e disponibilizados pela sociedade atual, os métodos de pesquisa têm sido requisitados pelas organizações que desejam transformar dados em conhecimento, e assim subsidiar suas decisões e atividades.

O momento atual da humanidade é considerado “Era da informação” ou “Era do conhecimento” (Castells, 1999) e tem como característica fundamental o fato de o conhecimento e as informações serem ao mesmo tempo produto do trabalho e fonte de produtividade. Nele, a informação está posicionada como um ativo valioso das organizações públicas que produzem e detêm sob sua guarda um volume colossal de dados e têm, com isso, a oportunidade de transformar os dados em informações³ valiosas, para aperfeiçoar a sua própria atividade em busca de garantir a entrega de um serviço público de excelência.

É nesse contexto que em 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criou a Rede Nacional de Pesquisas Judiciárias (RPJ) e orientou a instituição dos Grupos de Pesquisa Judiciária (GPJs) (Resolução Nº 462 de 06/06/2022). Os GPJs têm competência para a gestão, organização e validação de bases de dados, produção de estatísticas e elaboração de diagnósticos sobre a atuação dos Tribunais. Essa nova e permanente função do Poder Judiciário é uma oportunidade ímpar para que os Tribunais possam se dedicar aos seus próprios dados e possam utilizá-los na geração de informações e de novos conhecimentos, considerando o volume de dados que dispõe o judiciário e a diversidade de temas que perpassam a sua atuação na sociedade (TST, 2023).

De forma a subsidiar as demandas de estudos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA) e do seu Grupo de Pesquisa Judiciária, criou-se o Manual de “Pesquisa Judiciária:

¹ Existem diversas outras formas de produção de conhecimento humano, como a oralidade, que há milênios sustenta a criação e disseminação de saberes.

² São registros documentados adquiridos por meio da percepção sensorial ou da realização de um processo de medição. O dado não traz em si um significado compreensível, sua disponibilidade e estruturação, entretanto, é o que possibilita a criação de sentido e obtenção da informação (ENAP, 2011).

³ Informações são dados que adquiriram importância e tem uma razão de existir (ENAP, 2011).

Metodologias do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia”. Este documento é um guia para a realização de pesquisas empíricas e seu foco foi na descrição de métodos e conceitos de pesquisa empírica e ainda a sistematização das metodologias⁴ de pesquisa já empregadas pelo GPJ.

O objetivo do guia é assegurar que as pesquisas realizadas tenham no seu horizonte a excelência na prestação jurisdicional e prezem pela alta qualidade em sua concepção e execução, possibilitando a posterior tomada de decisões bem-informadas. Como meio para chegar ao objetivo, compilou-se informações fundamentais sobre o campo da pesquisa empírica que baseiam a sua prática e foram expostos os processos de pesquisa já publicadas. O público-alvo interno desse guia é o GPJ e a Secretaria de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), na condição de apoio técnico ao GPJ, entretanto este é um projeto que ambiciona contribuir com a realização de estudos em todo TJBA. Além de ser um compêndio útil para interlocução com outros Grupos de Pesquisas Judiciárias e instituições de dados e pesquisas em todo território nacional.

Além desta introdução, o manual foi organizado com informações conceituais sobre o ciclo de Pesquisas Judiciárias de natureza empírica, um passo a passo para realização de pesquisas e exemplos das pesquisas concluídas. Ao final, apresentam-se as considerações finais.

⁴ O estudo e determinação do(s) método(s) mais adequados a uma determinada pesquisa, ou seja, são diretrizes, procedimentos, técnicas, instrumentos e limites que devem ser estabelecidos no intuito de sua realização. Assim, é a definição dos “caminhos” válidos que deverão ser utilizados para se alcançar o objetivo da Pesquisa.

2 PESQUISA EMPÍRICA JUDICIÁRIA

O Direito possui uma longa tradição em estudos teóricos, com reflexões doutrinárias e no campo da Teoria do Direito, que contribuíram para a construção e consolidação das bases normativas e conceituais do seu campo de estudo (Cunha, 2014; Pessoa, 2023; TST, 2023). Contudo, novas iniciativas têm trazido à tona a importância da valorização da pesquisa empírica no âmbito do Sistemas de Justiça, como é o caso da Resolução CNJ 462/2022.

De acordo com Pessoa (2023), a pesquisa empírica é uma abordagem científica que foca em coletar dados que possam ser analisados utilizando metodologias e técnicas próprias. Trata-se de uma abordagem que tem como objetivo a busca de explicações e entendimento dos eventos a partir de dados, no lugar de se basear apenas em ideias e pressuposições. No que se refere ao Sistema de Justiça, Alexandre Cunha (2014), complementa o conceito delimitado a Pesquisa Empírica Judiciária ao afirmar que é uma pesquisa que se preocupa em: “[...] determinar como o **Direito “é”**, e não como ele “deve ser”. Tratam-se, portanto, de pesquisas essencialmente analíticas e descritivas da realidade jurídica [...]” (p. 33). O propósito dessas pesquisas, antes de tudo, é conhecer e analisar, todavia essa orientação não impede que seus achados possam se desdobrar em recomendações e serem úteis para elaboração e aprimoramento de Políticas Judiciárias (Cunha, 2023). Dentre alguns pontos fortes que demonstram o potencial das Pesquisas Judiciárias podemos apontar:

Contribuição para a resolução de problemas judiciais: as Pesquisas Judiciárias fornecem dados concretos que permitem identificar padrões e gargalos dos tribunais. Com isso, tornam-se relevantes para a formulação de soluções eficazes e bem fundamentadas, auxiliando na elaboração de políticas e práticas que visam otimizar a administração da justiça.

Redução de vieses e maior previsibilidade: Ao analisar empiricamente os padrões de resolução de conflitos, as Pesquisas Judiciárias ajudam a identificar distorções, contribuindo para a mitigação de vieses judiciais. Essa padronização no tratamento dos litígios tende a aumentar a previsibilidade das decisões judiciais, fortalecendo a equidade no acesso à justiça.

Aprimoramento dos sistemas judiciais e fortalecimento do Estado de Direito: As pesquisas possibilitam o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas judiciais, ao fornecer uma base sólida para a identificação de ineficiências e para a implementação de melhorias. Esse processo de aprimoramento aumenta a confiança da sociedade no sistema judicial e, por consequência, no próprio Estado de Direito, já que um judiciário mais eficiente e transparente reforça a percepção de justiça e legitimidade das instituições.

Esses fatores demonstram como as Pesquisas Judiciárias, com fundamentação empírica, têm muito a contribuir com a modernização e o aperfeiçoamento contínuo do sistema de justiça, promovendo um ambiente jurídico mais confiável e acessível. A construção de uma metodologia é parte do desafio de colocar em prática a Pesquisa Empírica no Direito, considerando a já exposta tradição teórica e dogmática dos estudos na área.

É importante salientar que a Pesquisa Judiciária é um campo de estudo em construção e que passa por definição de sua metodologia. A operacionalização dessas pesquisas, é possível com as contribuições de outras áreas como as Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), que tratam o Direito como objeto de estudo empírico desde o século 19 (Pessoa, 2023). Também cooperam, a Ciência de Dados e a Estatística que proporcionam uma gama de ferramentas para o tratamento de grandes volumes de dados. Mais recentemente, também colabora nesse esforço metodológico a Jurimetria, área que trata da Pesquisa Empírica no Direito considerando as grandes bases de dados digitais e as possibilidades de entender, quantitativamente, relações de causalidade nos fenômenos jurídicos (Ribeiro, 2024). Consciente do propósito das Pesquisas Judiciárias e de seus desafios, doravante serão apresentados aspectos relevantes para delineamento e aplicação da Metodologia da Pesquisa Judiciária.

2.1 Diretrizes Metodológicas

A Pesquisa Empírica será pautada das vertentes qualitativas⁵ e quantitativas⁶ - entendendo que não existe hierarquia entre elas - e a escolha das metodologias empregadas são feitas com base nas especificidades dos objetos de estudo. Também será respeitado o caráter multidisciplinar da formação do Grupo de Pesquisa Judiciária (Resolução CNJ nº 462, de 06 de junho de 2022 e Resolução TJBA nº 13, de 24 de agosto de 2022) que congrega representantes da área finalística – Magistrados(as) e Servidores(as) –, representantes das áreas técnicas de Tecnologia da Informação, Ciência de Dados, Estatística e Ciências Humanas.

Destaca-se, entre as diretrizes, a necessidade do zelo ao rigor metodológico para a realização dos estudos, sempre considerando a necessidade de cada estudo em particular,

⁵ As metodologias qualitativas são ferramentas para aprofundar a compreensão sobre uma questão ou tema. Ela se concentra em aspectos não quantificáveis da realidade, buscando compreender as complexidades dos fenômenos e os seus significados sociais.

⁶ As metodologias quantitativas focam na coleta de dados que possam ser mensurados (que sejam numéricos ou que possam ser representados por números) e no momento da análise, sua busca é pela quantificação das variáveis, afim identificar padrões, testar hipóteses e fazer generalizações.

seja ele de exploração⁷ de um tema ou base de dados; ou ainda situações que necessitem de maior aprofundamento. Impreterivelmente, deve-se prezar pela correta aferição de estatísticas e das informações prestadas.

A realização dos estudos deve envolver as etapas que se façam necessárias, a fim de garantir a qualidade e confiabilidade dos resultados. Em todas as fases, deve-se respeitar os preceitos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527) (Brasil, 2011) e pressupostos éticos de pesquisa⁸. Também se fomentará que os estudos sejam divulgados conforme preceitos da transparência ativa e da política de dados abertos, tendo o sigilo como exceção.

Deve-se prezar pela mentalidade flexível para possibilitar novas formas de visão de mundo, formular novas perguntas, revisar projetos e coletar mais ou diferentes informações do que originalmente havia sido planejado. Entretanto, é crucial acautelar-se da possibilidade de ajustes fora de hora ou com intenção de manipular um dado ou achado, pelos malefícios que proporcionam. Além disso, é relevante ter como compromisso que os procedimentos e decisões sejam reportados, a fim de garantir a replicabilidade - possibilidade de outros pesquisadores reproduzirem os procedimentos de uma pesquisa e chegarem aos mesmos resultados -, fortalecendo a validade interna e externa da pesquisa judiciária.

Por último, ressalta-se que embora a pesquisa tenha etapas a serem seguidas, o respeito ao processo dinâmico e retroalimentado das investigações é essencial, já que permite, em tempo de execução, melhorias ou adequações às suas expectativas e objetivos.

2.2 Etapas da Pesquisa Empírica Judiciária

Para conduzir uma Pesquisa Empírica é essencial elaborar um planejamento que inclua as etapas do estudo. Esse planejamento permite identificar oportunidades e aprimorar ideias antes da fase operacional, ou seja, antes que o estudo esteja na fase prática. A divisão das etapas aumenta a probabilidade de sucesso do estudo, na medida que alinha as perguntas de pesquisa ou hipóteses com a metodologia empregada e objetivos propostos. Além disso, o planejamento de uma pesquisa busca minimizar a ineficiência e erros de um estudo e garantir o desenvolvimento gradual e eficaz da investigação. Abaixo, apresenta-se um fluxograma de

⁷ A pesquisa Exploratória tem como objetivo entender melhor um problema, tornando-o mais claro ou contribuindo para futuras formulações de hipóteses. Este tipo de pesquisa envolve a busca por informações em livros e/ou em outros recursos, entrevistas com pessoas que possuam experiência prática com o tema pesquisado; e a análise de casos que facilitem a compreensão do problema.

⁸ Vide a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024 (Brasil, 2024): https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm

etapas de uma Pesquisa Empírica adaptada ao Judiciário e que terão suas etapas examinadas a seguir.

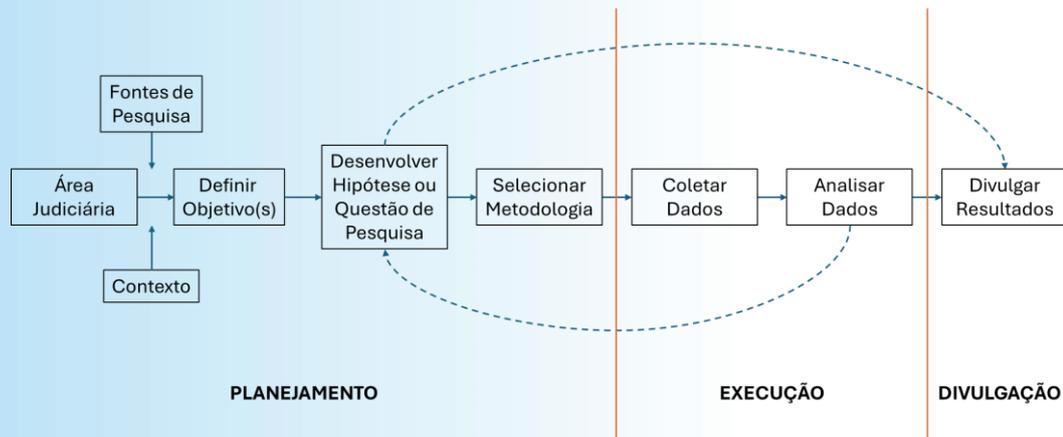


Figura 1 - Etapas da Pesquisa Empírica.

2.2.1 Planejamento

FONTES DE PESQUISA

➔ Pesquise fontes relevantes sobre o tema para embasar a pesquisa

O início da pesquisa costuma ser o momento em que se sabe pouco ou quase nada sobre o que se quer estudar. Destarte, recomenda-se, empregar materiais bibliográficos, dados estatísticos, documentos, verificar processos e fazer observação de evidências e fatos (*observação empírica*), com a finalidade de formular uma pergunta de partida (*O que eu quero saber?*) (Quivy; Campenhoudt, 1998).

Como método inicial, a pesquisa bibliográfica é uma boa escolha e a sua realização se dá com o seguinte passo a passo:

- Elencar palavras-chave relacionadas à pergunta de partida;
- Escolher boas fontes;
- Efetuar as buscas das palavras-chave nas fontes escolhidas;
- Ler os resumos dos materiais encontrados e selecionar os mais relevantes e atualizados; e
- Gerar uma lista e/ou pasta para leituras completas.

Entre as melhores bases de textos, artigos e estudos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas estão as seguintes recomendações:

- *Scientific Electronic Library Online* (SciELO): <https://www.scielo.br/>
- Google Scholar: <https://scholar.google.com/>

- Catálogo de Teses e Dissertações - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>
- Anais e revistas do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI): <https://conpedi.org.br/>
- Conselho Nacional de Justiça: <https://www.cnj.jus.br/>
- Supremo Tribunal Federal (STF): <https://portal.stf.jus.br/>
- Superior Tribunal de Justiça (STJ): <https://www.stj.jus.br/>

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), durante a seleção dos trabalhos, deve-se optar por estudos de síntese e/ou artigos que contenham análises e interpretações, buscando otimizar o tempo de trabalho e evitar repetições. Após a seleção, uma boa prática é utilizar uma planilha para compilar o tema dos estudos, objetivos e as principais conclusões.

Caso seja necessário complementar o levantamento bibliográfico, um método benéfico é o de entrevistas exploratórias. Neste, identificam-se pessoas que tenham longa experiência e/ou conhecimento sobre o tema para realizar entrevistas livres, mas que devem ser conduzidas em local adequado e sempre que possível devem ser gravadas.

CONTEXTO

Caso a pesquisa opte por trabalhar com bases de dados ou sistemas de processos judiciais, faz-se necessário acionar conhecimentos sobre as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs⁹) com a finalidade de delimitar o estudo. As TPUs seguem uma padronização taxonômica e terminológica de classes, assuntos, movimentações e documentos que são usadas por todo o Poder Judiciário.

⁹ As TPUs foram criadas com o objetivo de “busca pela padronização nacional nas atividades de apoio judiciário vinculadas ao andamento do processo judicial” (Resolução 46/2007; CNJ, 2014, p. 7). Para mais informações pode ser consultado o Manual de Utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário (CNJ, 2014).

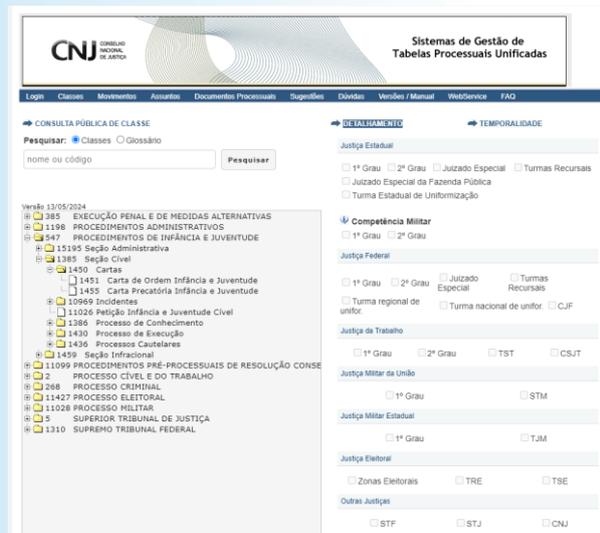


Figura 2 – Exemplo de consulta de classe ao Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas

Por meio do estudo da TPU é possível especificar quais códigos processuais – normalmente de classe e assunto – são de interesse de uma pesquisa e assim definir os critérios para a coleta nas bases de dados. A TPU completa é composta por quatro tabelas que são de Classe, Assunto, Movimento e Documento e a organização de cada uma delas será mais bem detalhada a seguir (CNJ, 2014).

Tabela Unificada de **Classes** Processuais: é aquela que classifica o procedimento judicial ou administrativo, diz respeito ao rito de tramitação processual e é organizada de forma hierárquica com até quatro níveis.

EXEMPLO DE CLASSE COM DETALHAMENTO ATÉ O 4º NÍVEL

- Nível 1 – Cód.: 547 - Procedimentos de Infância e Juventude
 - Nível 2 – Cód.: 1835 - Seção Cível
 - Nível 3 – Cód.: 1450 - Cartas
 - Nível 4 – Cód.: 1451 - Carta de Ordem Infância e Juventude

Tabela Unificada de **Assuntos** Processuais: padroniza o cadastramento das matérias ou temas discutidos nos processos por área do Direito¹⁰, representando o conteúdo do processo. Pode apresentar até cinco níveis hierárquicos de classificação.

EXEMPLO DE ASSUNTO COM DETALHAMENTO ATÉ O 5º NÍVEL

¹⁰ Categorias das tabelas de assuntos: Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Eleitoral, Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Eleitoral e Processo Eleitoral do STF, Direito Internacional, Direito Marítimo, Direito Penal, Direito Penal Militar, Direito Previdenciário, Direito Processual Civil e do Trabalho, Direito Processual Penal, Direito Processual Penal Militar, Direito Tributário e Registros Públicos.

- Nível 1 – Cód.: 9985 - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público.
 - Nível 2 – Cód.: 10157 - Organização Político Administrativa / Administração Pública
 - Nível 3 – Cód.: 10158 - FGTS / Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 - Nível 4 – Cód.: 10159 - Atualização de Conta
 - Nível 5 – Cód.: 10572 - Termo de Adesão da LC n. 110/2001

Tabela Unificada de **Movimentação** Processual: descreve os movimentos processuais, permitindo “a identificação das fases do processo, tempo de tramitação, resultado dos julgamentos (procedente, improcedente) etc.” (CNJ, 2014, p. 17). Além disso, é dividida em categorias (pais) “Magistrados” e “Serventuário” e contém outros níveis hierárquicos (filhos).

EXEMPLO DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL COM DETALHAMENTO ATÉ O 5º NÍVEL

- Nível 1 – Cód.: 14 - Serventuário
 - Nível 2 – Cód.: 48 - Escrivão/Diretor de Secretaria/Secretário Jurídico
 - Nível 3 – Cód.: 12198 - Deliberação em Sessão
 - Nível 4 – Cód.: 12199 - Julgado
 - Nível 5 – Cód.: 12201 - Liminar

A Tabela de **Documentos**: classifica o tipo de documento criado ou anexado ao processo.

EXEMPLO DE DOCUMENTOS PROCESSUAIS COM DETALHAMENTO ATÉ O 4º NÍVEL

- Nível 1 – Cód.: 2 - Internos
 - Nível 2 – Cód.: 399 - Ata
 - Nível 3 – Cód.: 441 - Ata de audiência
 - Nível 4 – Cód.: 735 - Ata de audiência de Conciliação

Uma característica fundamental para se ter em conta ao se trabalhar com as TPUs é o fato de que quem atribui uma **Classe** ou **Assunto** ao processo são os operadores do Direito¹¹, podendo o Magistrado determinar reclassificação. Quanto aos registros das **Movimentações** e **Documentos** processuais, estes são efetuados pelos Servidores, Magistrados, Advogados e outros operadores do Direito. Tal característica precisa ser levada em conta ao se realizar pesquisas com os códigos processuais, já que impactam na qualidade dos metadados gerados. No que concerne à mudança nas TPUs e nos seus códigos, esse é outro atributo relevante que pode ter impacto nas pesquisas, pois as atualizações ocorrem de forma continuada e episódica e podem ser verificadas no site do CNJ: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoos/tabela-processuais-unificadas/documentos/>

¹¹ Operadores do Direito são os profissionais que trabalham com o Sistema Judiciário como Advogados, Defensor Público, Promotor de Justiça e Delegados.

DEFINIR OBJETIVO(S)

→ Determine o tema da pesquisa e estabeleça objetivos

Feitas as análises das informações contextuais e das fontes bibliográficas, torna-se possível delinear os objetivos da pesquisa. O objetivo central deve englobar o maior propósito do estudo. De igual forma, é recomendável elencar objetivos específicos que podem ser de 3 a 5 itens. A definição de objetivos contribui para escolher como prosseguir com a pesquisa, qual método selecionar e quais materiais coletar (Marconi; Lakatos, 2003).

EXEMPLO DE OBJETIVOS
Objetivo geral
Avaliar a eficiência do Poder Judiciário na resolução de casos de violência doméstica e familiar
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none">• Analisar o tempo médio decorrido desde o registro de um caso de violência doméstica e familiar até sua resolução final no TJBA.• Investigar os fatores que contribuem para a demora na resolução de casos de violência doméstica e familiar, como atrasos processuais, falta de recursos e complexidade do caso.• Avaliar a eficácia das medidas de proteção adotadas pelo TJBA para garantir a segurança das vítimas durante o processo judicial de violência doméstica e familiar.• Examinar a frequência e as razões para a revitimização de indivíduos em casos de violência doméstica e familiar na Bahia.• Comparar o desempenho de diferentes Varas de Justiça da Bahia na resolução de casos de violência doméstica e familiar e propor recomendações para aprimorar os procedimentos judiciais.

DESENVOLVER A HIPÓTESE OU QUESTÃO DE PESQUISA

→ Formule uma hipótese ou uma pergunta de pesquisa

Uma forma de ter uma pergunta de pesquisa bem delineada é partir do enunciado do objetivo central anteriormente definido e convertê-lo. Caso seja necessário, para melhor guiar a Pesquisa Empírica, elenca-se hipóteses de trabalho que serão testadas ao longo do estudo.

EXEMPLO
Objetivo geral
Avaliar a eficiência do TJBA na resolução de casos de violência doméstica e familiar.
Pergunta da pesquisa
Quão eficiente é o TJBA na resolução de casos de violência doméstica e familiar?

Hipótese

O tempo médio adequado é o fator mais relevante de eficiência judiciária nos casos de violência doméstica e familiar tramitados no TJBA.

SELECIONAR METODOLOGIA

→ Escolha o método de coleta de dados mais apropriado (entrevistas, questionários, observações etc.).

A seleção do método tem relação íntima com o que se quer estudar, em virtude de ser a partir “do que se quer descobrir” que se deve selecionar o “como chegar” aos objetivos. Um único método pode não ser capaz de dar conta das questões de um estudo, nesses casos se pode lançar mão de métodos combinados como forma de assegurar o cruzamento de diferentes fontes e tipos de dados, o que se denomina de “Triangulação de dados”.

QUESTIONÁRIO OU *SURVEY*

Questionários e *surveys* são métodos recomendados para pesquisas que necessitem obter informações demográficas, opiniões, expectativas e percepções de indivíduos que representem grupos e populações. Devido às respostas aos questionários expressarem uma escolha do sujeito diante de uma lista de perguntas, o que engloba o seu grau de conhecimento sobre o assunto e/ou consciência de um problema (Quivy; Campenhoudt, 1998). Para utilização desse método, alguns cuidados essenciais serão listados a seguir:

- As questões escolhidas para o questionário devem ser formuladas considerando a pergunta de pesquisa e/ou as hipóteses do estudo;
- Na aplicação, a população respondente deve ser pensada e pré-definida;
- Os pré-testes de validação do formulário são essenciais, antes da aplicação formal;
- Assim como, o treinamento da equipe de aplicação é um fator relevante de sucesso da coleta e evitação de vieses¹²; e/ou

¹² Vieses são tendências que acabam por distorcer resultados de uma pesquisa e que podem ser intencionais ou não. É relevante que o pesquisador tenha consciência dos seus vieses e dos que a pesquisa está sujeita e assim, possa montar estratégias para minimizá-los. Alguns tipos de vieses são: de Seleção, no qual a escolha dos participantes de um estudo é irrefletida ou inadequada e ocasiona representação distorcida da população. De Confirmação: ocorre quando os pesquisadores influenciam etapas da pesquisa para confirmar suas ideias pré-concebidas. De Publicação: tendência de se publicar apenas resultados positivos, distorcendo o conjunto das

- A inserção de explicação autoinstrutiva, em caso de formulários autoaplicáveis.

Embora *surveys* e questionários sejam métodos com características aproximadas, o *survey* se diferencia por ter maior rigor na concepção e aplicação (Babbie, 1999; Günther, 2003; Carlomagno, 2018). Com o objetivo de reduzir a influência da subjetividade, se utiliza apenas perguntas fechadas e cada uma delas é vinculada às hipóteses. Nesse tipo de questionário, é imprescindível se calcular uma amostra representativa estatisticamente e se garantir o anonimato ao respondente.

EXEMPLO DE PESQUISA SURVEY	
Título da pesquisa	Avaliação da eficiência da Conciliação no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Introdução	A pesquisa busca avaliar a eficiência da conciliação no TJBA, compreender a experiência dos usuários e identificar oportunidades de melhoria.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar a percepção de magistrados, servidores e partes sobre o processo de conciliação no TJBA.• Identificar fatores que influenciam a eficácia da conciliação no TJBA.• Coletar dados demográficos das partes envolvidas em processos de conciliação tramitados no TJBA.
Metodologia	Esta pesquisa será realizada por meio de um <i>survey</i> aplicado, presencialmente, a uma amostra representativa das unidades judiciais, advogados, partes envolvidas e outros usuários do processo de conciliação. Além das questões sobre a experiência com o processo de conciliação correlacionadas as hipóteses, também incluirá perguntas demográficas para fins de análise estatística como idade, gênero e escolaridade.
Hipóteses	<ul style="list-style-type: none">• Usuários mais jovens tendem a utilizar o processo de conciliação com mais frequência do que os mais velhos.• Mulheres reportam mais satisfação com o processo de conciliação em comparação com homens.• Pessoas com níveis mais elevados de escolaridade apresentam uma percepção mais positiva da eficácia do processo de conciliação.• Profissionais jurídicos, como advogados(as) e juizes(as) relatam maior confiança na eficácia do processo de conciliação em comparação com as partes.• Usuários que reportam ter enfrentado dificuldades durante o processo de conciliação tendem a apresentar uma menor satisfação geral com o processo.• A frequência de utilização do processo de conciliação pode estar positivamente correlacionada com a satisfação geral dos usuários.
Resultados esperados	Espera-se que os resultados forneçam esclarecimentos valiosos sobre a eficiência e a eficácia do processo de conciliação, bem como informações demográficas sobre os respondentes. Com base nesses

evidências. De Relato: quando os participantes retêm informações ou mentem em um estudo induzidos por influências sociais ou no desejo de agradar. De Tempo: distorções provenientes da época em que o estudo foi realizado ou devido às mudanças temporais durante a pesquisa.

resultados, o Tribunal poderá implementar melhorias direcionadas e personalizadas para atender às necessidades de seus usuários.

Fontes de consulta

(Babbie, 2001; Carlomagno, 2018; Soares, 2023)

PESQUISA DE OPINIÃO

A Pesquisa de opinião é uma metodologia recomendada para casos em que se necessita recensear as opiniões de um determinado perfil de cidadãos e/ou usuários sobre uma instituição, serviço ou situação, devido ao fato de possibilitar conhecer as opiniões e concepções desses indivíduos. Algumas características da Pesquisa de Opinião são:

- A amostra costuma ser aleatória¹³ e é necessário calcular margem de erro¹⁴;
- A metodologia pode ser aplicada por meio de questionários ou grupos focais¹⁵;
- A aplicação da pesquisa pode ser presencial ou on-line; e
- O resultado costuma ser abrangente, porém sem aprofundamentos.

EXEMPLO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	
Título da pesquisa	Opinião Pública sobre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Introdução	Esta pesquisa tem como objetivo coletar opiniões e percepções da população em relação ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. É importante para entender como o Tribunal é percebido pela comunidade e identificar áreas de melhoria.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar a confiança e a credibilidade do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.• Identificar áreas de satisfação e insatisfação com os serviços prestados pelo Tribunal.• Coletar sugestões de melhorias e aprimoramentos no funcionamento do Tribunal.
Metodologia	Serão realizados grupos focais com participantes selecionados de diferentes grupos demográficos e regiões do estado. Cada grupo focal será composto por 6 a 10 participantes e será facilitado por um(a) moderador(a) treinado(a). Os grupos serão conduzidos de forma presencial em locais convenientes para os participantes e ainda de forma on-line.
Resultados esperados	Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam informações valiosas sobre a percepção pública do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Essas elucidacões podem ser utilizadas para promover melhorias e aprimoramentos nos serviços oferecidos pelo TJBA, aumentar a confiança da população no sistema judiciário e fortalecer a legitimidade do Tribunal perante a sociedade.
Fontes de consulta	(Almeida, 2002; Weber; Pérsigo, 2017; Entenda [...], 2020; TJBA, 2023a)

¹³ Um tipo de amostragem que não apresenta critérios definidos para cálculo da amostra, ver na página 24.

¹⁴ Margem de erro é o índice estimado do máximo de erros possíveis no resultado de uma pesquisa.

¹⁵ É uma reunião de pessoas com a finalidade de se coletar informações por meio de interações ou entrevistas.

PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação é uma forma de investigação social que promove a associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo. Envolve a participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada. O local de pesquisa é o próprio trabalho ou de busca de serviços dos pesquisadores/participantes, com o objetivo de transformar a realidade observada por intermédio do conhecimento e compromisso para a ação. Os dados coletados são vistos como elementos de um processo de mudança social e o pesquisador adota uma postura participativa e reflexiva em relação aos outros envolvidos. A aplicação do método contempla as seguintes fases:

- **Desenho:** nessa fase, pode-se usar outros métodos e técnicas de pesquisa como entrevistas, observação de participantes, levantamento e questionários, diários e registros das reflexões, para se obter informações com a finalidade de desenhar a pesquisa-ação;
- **Diagnóstico:** nele se deve ouvir todas as partes envolvidas e é recomendado valorizar as diversas experiências por meio da escuta da ativa;
- **Argumentação e deliberação:** se escolhe a melhor ação para resolver o problema de pesquisa; e
- **Ação:** é quando ocorre a implementação da proposta e o monitoramento dos seus impactos. Nessa fase, o grupo se nutre das análises e aprendizados possibilitando que o ciclo de pesquisa-ação se retroalimente. É possível acionar grupos de discussão e colaboração durante a implementação.

EXEMPLO DE PESQUISA-AÇÃO	
Título da pesquisa	A Acessibilidade do Fórum Ruy Barbosa - TJBA
Introdução	Esta pesquisa propõe um estudo de pesquisa-ação para identificar os desafios da acessibilidade nas dependências do Fórum Ruy Barbosa em colaboração com os servidores e magistrados atuantes no Fórum, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), Comissão de Acessibilidade do TJBA (CPAI), Administração do Fórum, Secretaria de Administração – TJBA (SEAD), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e outras representações da sociedade civil organizada.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Identificar as principais barreiras de acessibilidade no Fórum Ruy Barbosa.• Desenvolver e implementar intervenções para melhorar a acessibilidade local.• Avaliar o impacto das intervenções implementadas e realizar os ajustes conforme necessário.
Metodologia	A pesquisa será conduzida em três fases: Diagnóstico: serão realizadas oficinas colaborativas de ideação para identificar os problemas de acessibilidade no Fórum Ruy Barbosa. Planejamento e Implementação: com base nos resultados do diagnóstico, serão desenvolvidas e implementadas intervenções, tais como a introdução de tecnologias assistidas, revisão protocolo ao

atendimento de pessoas com deficiência, capacitação de pessoal e melhorias na comunicação com o público PcD.

Avaliação: serão coletados dados de acesso das pessoas com deficiência ao prédio, taxa de resolução de queixas e a percepção dos usuários para serem analisados pelo grupo afim de orientar aperfeiçoamentos e novas intervenções.

Resultados esperados

Espera-se que esta pesquisa-ação resulte em melhorias na acessibilidade do Fórum Ruy Barbosa. Além disso, o processo de colaboração entre usuários e trabalhadores do judiciário deve fortalecer a confiança pública no TJBA e fornecer esclarecimentos para futuras iniciativas de projetos e reformas.

Fontes de consulta

(Thiollent, 1986; Tripp, 2005; Pessoa, 2023)

BENCHMARKING

O *Benchmarking* é uma metodologia de pesquisa comparativa entre empresas e instituições. Seus benefícios são: fornecer subsídios para melhoria de desempenho das instituições, incentivo à competitividade e à dizimação de boas práticas. Há diversos tipos de *benchmarking* como: de produto, de processos, estratégico, interno e externo. A seguir são apresentadas as etapas para realização de pesquisa utilizando essa metodologia:

- Definir a questão para Benchmarking;
- Selecionar uma equipe ou um(a) responsável;
- Identificar os Tribunais e/ou outras organizações para fazer pesquisa;
- Realizar a investigação com leitura de relatórios, entrevistas, participação em palestras (A pesquisa poderá ser feita de forma on-line nos portais dos tribunais ou por meio de solicitação direta de materiais aos órgãos);
- Extrair e organizar comparativamente dados em planilha; e
- Apresentar dados e a seleção das melhores práticas encontradas.

EXEMPLO DE BENCHMARKING

Título da pesquisa

A comunicação dos Tribunais de Justiça

Metodologia

A pesquisa será conduzida com as seguintes fases:

Definição do Responsável: setor de Comunicação do TJBA.

Identificação das Referências: identifica-se outro tribunal de referência, nacional ou internacional, conhecido pela eficácia na comunicação com o público externo (cidadão e operadores do direito).

Definição dos Critérios: os critérios incluem a disponibilidade de informações judiciais, clareza das políticas de acesso à informação, presença nas redes sociais e canais de comunicação com o público em geral.

Coleta de Dados: a equipe realiza pesquisas on-line e complementa com entrevistas para coletar informações sobre as práticas de comunicação do tribunal de referência. Eles também analisam seus sites, perfis de mídia social e relatórios.

Análise Comparativa: os dados coletados são comparados com as práticas de comunicação do TJBA.

Desenvolvimento de Planos de Ação: com base nas descobertas do *benchmarking*, o TJBA desenvolve um plano de ação.

Implementação e Avaliação: o Tribunal implementa as mudanças propostas e monitora os resultados ao longo do tempo.

Resultados esperados

Espera-se que o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, por meio do *benchmarking*, melhore a comunicação e a transparência das informações sobre o sistema judiciário estadual. Isso pode aumentar a confiança do público no sistema judicial e promover uma maior participação e compreensão dos processos judiciais.

Fontes de consulta

(Albertin; ELIAS, 2015; Maciel Filho; Aquino; Sales, 2016; O que [...], 2023)

JURIMETRIA

A Jurimetria é um campo de estudo e uma metodologia quantitativa que converge o Direito, a Estatística e a Ciência de Dados. A escolha dela como método permite a análise de tendências jurisprudenciais e comportamentos dos tribunais, o que pode se desdobrar na elaboração de estratégias jurídicas e políticas públicas mais eficazes. A pesquisa em Jurimetria é composta das seguintes etapas:

- Definição do escopo da pesquisa (temporalidade e geografia);
- Delimitação da amostragem ou população;
- Estruturação da lista de processos;
- Extração dos dados da lista estruturada;
- Tratamento dos dados extraídos; e
- Análise dos dados tratados.

EXEMPLO DE PESQUISA EM JURIMETRIA¹⁶

Título da pesquisa

Análise Jurimétrica dos Processos de Adoção: Padrões e Tendências no TJBA

Introdução

A adoção é um processo complexo que envolve diversas partes interessadas, incluindo crianças, pais adotivos e o sistema de justiça. Esta pesquisa visa analisar os processos de adoção tramitados no TJBA utilizando métodos jurimétricos para identificar padrões e tendências nas decisões judiciais, com o objetivo de melhorar a eficiência do sistema de adoção.

Objetivos

- Analisar os dados dos processos de adoção para identificar padrões comuns nas decisões judiciais.
- Determinar quais fatores (idade da criança, estado civil dos adotantes etc.) mais influenciam as decisões de adoção.
- Sugerir melhorias nas políticas públicas e práticas judiciais com base nos resultados da pesquisa.

Metodologia

A pesquisa envolverá a análise de dados dos processos de adoção do TJBA. Será feito o tratamento dos dados com limpeza e organização para garantir a consistência da base de dados. Na etapa de análise serão aplicadas técnicas estatísticas de correlação e regressão. Os resultados serão apresentados em relatórios detalhados, acompanhados de gráficos e interpretações.

Resultados esperados

¹⁶ Este exemplo foi inspirado na Pesquisa da Associação Brasileira de Jurimetria em parceria com o CNJ: Tempo dos processos relacionados à adoção no Brasil: Uma análise sobre os impactos da atuação do poder judiciário (CNJ, 2015).

Espera-se identificar padrões claros nas decisões de adoção, como a prevalência de adoções por casais *versus* indivíduos solteiros. Determinar os principais fatores que influenciam as decisões de adoção, como a idade da criança, o estado civil dos adotantes e a duração do processo. Propor recomendações para melhorar as políticas públicas e práticas judiciais relacionadas à adoção, com base nos resultados obtidos da análise jurimétrica.

Fontes de consulta

(Okamoto; Trecenti, 2022; ABJ, [20--?a], [20--?b])

MÉTODO ESTATÍSTICO

A escolha pelo método estatístico é desejada quando se está de posse de um problema de pesquisa que implique relações de causalidade e correlações. Com esse método é possível analisar a frequência e o período dos fenômenos, testar diversas variáveis¹⁷ ao mesmo tempo e desenvolver pesquisas com grande volume de dados. A metodologia estatística compreende algumas etapas:

- **Planejamento** – momento que se define, de acordo com objetivos da pesquisa quais serão as variáveis trabalhadas, o tipo de técnica estatística a ser empregada, como será calculada, onde será feita a coleta dos dados, por exemplo;
- **Operacional** – é quando é feita a coleta dos dados e a tabulação com organização e limpeza da base de dados;
- **Análise estatística** – estatísticas descritivas, testes de hipóteses, análise de regressão, entre outros; e
- **Apresentação dos resultados** – criação de gráficos e tabelas.

EXEMPLO DE PESQUISA ESTATÍSTICA	
Título da pesquisa	Análise Estatística da Eficiência do Processo Judicial no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Introdução	A pesquisa visa realizar uma análise estatística abrangente para avaliar a eficiência do processo judicial no TJBA. Utilizando dados judiciais, irá investigar diferentes aspectos do funcionamento do tribunal com o intuito de identificar áreas de melhoria e oportunidades para otimização do sistema judicial baiano.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar o tempo médio de duração de processos em diferentes áreas do direito.• Identificar padrões de litigância.• Analisar a distribuição geográfica e temporal dos processos para identificar disparidades regionais ou sazonalidades.• Identificar fatores que contribuem para atrasos ou congestionamentos no sistema judicial.• Propor medidas baseadas em evidências para aumentar a eficiência e a eficácia do processo judicial.

¹⁷ “Conceitos, características amostrais ou populacionais que podem assumir diferentes valores de elemento para elemento. Toda variável possui pelo menos dois componentes os quais são o nome desta e sua escala de classificação [...]” (Assis; Souza; Dias, 2019, p. 737-738).

Metodologia

Será realizada uma análise estatística dos dados judiciais fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Utilizando técnicas estatísticas descritivas e inferenciais, com a finalidade de examinar o tempo de tramitação dos processos, a distribuição de casos por área do direito, a taxa de resolução, entre outros indicadores relevantes. Além disso, serão realizadas análises espaciais e temporais para investigar padrões de litigância.

Análise de dados

Os dados serão analisados utilizando técnicas estatísticas adequadas, incluindo medidas de tendência central, análise de variância, análise de regressão e análise espacial. Os resultados serão interpretados à luz das questões de pesquisa e podem ser utilizados para gerar recomendações e propostas de melhoria.

Resultados esperados

Espera-se que os resultados desta análise estatística forneçam informações valiosas sobre o funcionamento do sistema judicial da Bahia. Essas informações podem ser utilizadas para identificar áreas de intervenção e implementar medidas para aumentar a eficiência e a eficácia do processo judicial, promovendo assim uma administração mais justa e ágil da justiça.

Fontes de consulta

(Piana, 2013; Departamento [...], 2020-2021; Moreira, T.; Santos; Moreira, A., 2021)

2.2.2 Execução

COLETAR DADOS

→ Aplique o método de coleta escolhido (Aplicação de questionários, extração de lista de processos, coleta de material para *benchmarking* etc.).

A coleta de dados é o processo de reunir dados relevantes e necessários para se obter insumos para análises de uma pesquisa (Quivy; Campenhoudt, 1998). O objetivo é extrair desses dados, por meio de inferências, as informações concretas e verificáveis que possam ser analisadas e interpretadas para responder as questões ou hipóteses de pesquisa. A coleta deve ser realizada de acordo com a metodologia escolhida anteriormente e pode contar com apoio de instrumentos para auxiliar na sua operacionalização como formulários e questionários, roteiros de entrevistas, manual de aplicação, código de programação entre outros. Após criar o instrumento de coleta, a testagem é essencial para prevenir erros e colaborar para uma aplicação de sucesso.

Caso se opte pelo uso de dados secundários, aqueles produzidos por terceiros, é preciso que essa escolha seja documentada no projeto da pesquisa e no relatório dela. Ainda, recomenda-se que o maior número de informações disponíveis sobre como estes dados foram produzidos, “quem coletou”, “quando foi coletado”, “em que circunstâncias” e “qual metodologia de coleta foi empregada”, visto que a boa utilização de métodos de coleta e a

sua documentação está diretamente relacionada à qualidade da base de dados e nas possibilidades de análises posteriores.

A coleta pode ser feita considerando a população¹⁸ em sua totalidade, ou em casos de fenômenos extensos, pode-se realizar um recorte. Esse recorte, no entanto, precisa ser justificado. Opta-se por escolher as melhores opções de pesquisa de acordo com possibilidade de recursos e viabilidade de operacionalização. Uma ferramenta que auxilia na definição da população é a amostragem estatística, nela se utiliza uma amostra, que é um subconjunto da população, para estudá-la e fazer generalizações ou conclusões sobre a população. Existem alguns tipos de amostragem, cada um com suas características e aplicações específicas, abaixo estão alguns dos tipos mais comuns:

Aleatória Simples: o seu uso é indicado quando se possui uma grande população e é inviável pesquisar a sua totalidade. Nela, o cálculo é feito de forma que cada elemento da população tem a mesma probabilidade de ser selecionado e amostragem pode ser caracterizada como **Sem Reposição** que é quando o item sorteado uma vez não pode ser selecionado novamente ou **Com Reposição** que é quando o item sorteado pode ser escolhido mais uma vez.

Estratificada: é uma técnica usada quando se precisa garantir que todos os estratos da população sejam representados na amostra final. A população total é dividida em subgrupos artificiais (estratos) e uma amostra é selecionada de cada estrato de forma aleatória simples.

Por Conglomerados: é usada quando se precisa fazer um recorte geográfico ou em grupos pré-definidos da população a ser pesquisada, nela a população é dividida em seus grupos naturalmente existentes (conglomerados), como escolas ou bairros e alguns desses grupos são selecionados aleatoriamente para compor a amostra.

Sistemática: é um tipo de amostragem simples e prática, na qual a amostra da população é selecionada mediante intervalos fixos baseada em uma lista pré-ordenada.

Por Conveniência: Os elementos são selecionados com base na disponibilidade, conveniência ou acessibilidade do pesquisador.

Após a delimitação da amostra, é chegada a hora da escolha do método de extração que deve levar em conta os dados necessários para a pesquisa, como o formato dos dados, ferramentas disponíveis e o volume de dados a serem processados. A extração dos dados,

¹⁸ “É o conjunto de todas as unidades que possuem característica em comum que desejamos medir ou inferir. Estas unidades podem ser pessoas, domicílios, bancos, universidades, etc.. Em muitas ocasiões o termo universo ou universo estatístico é utilizado no lugar de população” (Assis; Souza; Dias, 2019, p. 546).

poderá ser feita manualmente acessando o sistema e extraindo-se um a um, ou por meio de ferramentas automatizadas. Ao se trabalhar com processos judiciais como objeto de pesquisa, a fase de extração contém algumas especificidades que serão exploradas a seguir:

Extração manual: pode-se optar por trabalhar com uma planilha como base de dados, na qual cada linha irá corresponder a um número de processo e cada coluna a uma pergunta e ou variável que se está investigando. Pode-se também utilizar formulários para inserir perguntas como variáveis e coletar informações no campo de respostas, nestes casos algumas dicas são essenciais (Trecenti; Okamoto, 2023):

- Opções de sistema de formulários: Microsoft Forms, Google Forms, Survey Monkey, Lime Survey, Qualtrics etc.
- Cada questionário deverá ser numerado de acordo com o número do processo. Assim, a numeração deve estar na primeira pergunta para que se possa vincular os dados seguintes a ele.
- É recomendado que se inclua no formulário uma pergunta sobre o escopo (características temporais como fase do processo ou se já tem decisão¹⁹ e/ou geográficas como comarca, vara, município).

Extração automatizada: para a realização automatizada da extração de lista de processos é necessário o apoio técnico de áreas de Ciências de Dados e/ou Tecnologia da Informação. Uma vez definidos o objetivo e escopo da pesquisa, delimita-se a listagem dos objetos que poderão fazer parte do banco de dados por meio de técnicas como: *web scraping* e conexões via API²⁰.

ANALISAR DADOS

→ Organize e analise os dados coletados (análise estatística, teste de hipótese, codificação etc.).

Para a realização da análise dos dados, deve-se iniciar com a organização e limpeza da base (normalmente uma planilha ou um banco de dados) com a finalidade de facilitar a interpretação e compreensão. Além disso, é necessário que a interpretação dos dados seja

¹⁹ A pesquisa pode ser **retrospectiva**: na quais o escopo temporal abrange somente casos que foram concluídos até uma data específica. Isso é realizado mediante a busca de processos com base em suas decisões, sentenças ou acórdãos. Ou **prospectiva**: o escopo temporal inclui todos os casos iniciados a partir de uma determinada data, independentemente de seu desfecho. Isso é efetuado pela busca de processos de acordo com sua data de distribuição (Trecenti; Okamoto, 2023).

²⁰ APIs tem como função fazer conexão entre aplicativos, sistemas e softwares.

realizada à luz das hipóteses e que se busque responder à pergunta de pesquisa. Com este propósito, realiza-se algumas ações: relacionar e agregar variáveis, comparar resultados, codificar dados²¹ e/ou analisar seu conteúdo²².

Um princípio fundamental da análise de dados é a criatividade para relacionar os achados das pesquisas e inferir conclusões sobre eles. Também, é importante possuir um sentido crítico a todo conhecimento e inferência produzidos pelos pesquisadores e envolvidos, e para isso se torna imprescindível reportar as escolhas feitas durante a pesquisa e considerar os seus impactos nas análises realizadas. Isto inclui registrar, inclusive, as incertezas dos dados e desafios da pesquisa.

TRATAMENTO DOS DADOS

É importante realizar o tratamento para garantir que os dados estejam sem erros, consistentes e prontos para análise (Trecenti; Okamoto, 2023). No caso do trabalho com **base de dados e planilhas**, esse processo compreende algumas etapas:

Organização dos Dados: Deve-se observar se os dados estão organizados de forma adequada e se o nome das variáveis está correspondente ao conteúdo dos dados.

Limpeza: remove-se quaisquer dados irrelevantes, duplicados ou inconsistentes. Isso pode incluir remover caracteres especiais e corrigir erros de digitação.

Padronização: padroniza-se o formato dos dados para garantir consistência. Por exemplo, em todos os registros, assegure-se de que todas as letras sejam maiúsculas ou minúsculas, formata-se datas e números de acordo com um padrão específico, e assim por diante.

Tratamento dos ausentes: momento de decidir como lidar com valores ausentes. Isso pode envolver preenchimento dos valores ausentes com uma remoção das linhas com valores ausentes ou inferência com base em outras variáveis.

Validação: Confira se os dados estão dentro dos limites esperados e se fazem sentido.

²¹ A codificação de dados é a tarefa de associar um determinado dado a um termo agrupador (indexador).

²² Análise de conteúdo é uma técnica qualitativa que permite o pesquisador avaliar dados textuais com foco em características do texto. Pode ter como objetivo a quantificação, quantas vezes uma determinada expressão aparece, ou ainda, se preocupar em classificar uma palavra em categorias que expressem características como de tipo e/ou qualidade (Bauer, 2008).

Transformação: realiza-se transformações nos dados, se necessário, para torná-los mais adequados para análise. Isso pode incluir a criação de novas variáveis, a agregação de dados, a codificação de variáveis categóricas e assim por diante.

É importante que todas as etapas do tratamento de dados realizadas e todos os procedimentos feitos sejam documentados, para garantir a transparência e a replicabilidade da pesquisa.

Estatística Descritiva

De posse dos dados corretamente tratados, uma ferramenta de análise que pode ser aplicada é a análise descritiva. Esta deriva da Ciência Estatística e segundo Edna e Ilana Reis (2001) é conceitualizada como:

A Análise Descritiva é a fase inicial deste processo de estudo dos dados coletados. Utilizamos métodos de Estatística Descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos (p. 5).

As ferramentas mais comuns são os gráficos, tabelas, diagramas e ainda as métricas que fazem síntese de dados com uso de percentuais e médias com objetivo de prestar melhor visualização e interpretação dos dados.

MEDIDAS DE POSIÇÃO

Dentro das ferramentas descritivas estão as Medidas de Posição que segundo Assis, Sousa e Dias (2019), são configuradas como aquelas estatísticas que nos orientam quanto à tendência central de um conjunto de dados.

Média: é a soma dos valores contidos na variável, dividido pela quantidade total de observações.

Mediana: é o elemento central da distribuição da variável, considerando que a variável esteja com seus “*n*” valores organizados de forma crescente. A metade dos valores da variável são maiores ou iguais ao valor da mediana e metade dos valores são menores ou iguais ao valor da mediana.

Moda: é o valor que aparece com maior frequência nas observações de uma variável. Pode ser amodal (quando não tem moda) e bimodal (quando tem duas modas).

Percentis: são os elementos da distribuição da variável que dividem as observações em cem partes iguais, considerando que a variável esteja com seus valores organizados de forma crescente.

Quartis: são os elementos da distribuição da variável que dividem as observações em quatro partes iguais, considerando que a variável esteja com seus valores organizados de forma crescente.

MEDIDAS DE DISPERSÃO

Outro tipo de medidas utilizadas são as de Dispersão que indicam a disseminação dos dados em torno de uma medida central. Elas fornecem informações sobre o quanto os dados estão espalhados ou agrupados em relação a essa medida central.

Amplitude: diferença entre o valor máximo e o valor mínimo de uma variável.

Valor máximo: maior valor da variável.

Valor mínimo: menor valor da variável.

MEDIDAS DE VARIABILIDADE

Já as Medidas de Variabilidade são ferramentas que quantificam a variação dos dados em um determinado conjunto. Elas ajudam a entender o grau de heterogeneidade dos dados, ou seja, o quanto os valores individuais diferem entre si e em relação à média.

Variância: medida que descreve o quão distante os valores de um conjunto de dados estão da média desse conjunto. Ela é calculada como a média dos quadrados das diferenças entre cada valor e a média dos dados.

Desvio padrão: é uma medida derivada da variância, tornando mais simples a interpretação da dispersão em torno da média. O desvio padrão é a raiz quadrada da variância.

Erro padrão: é o desvio padrão da média da variável.

Coefficiente de Variação: é uma medida de dispersão relativa, pois relaciona o desvio padrão e a média de uma variável. Pode ser utilizada para realizar comparações entre amostras. Quanto menor o coeficiente, mais homogêneos são os valores da variável e mais concentrados os valores estão em torno da média.

Estatística Inferencial

Outras técnicas de análise passíveis de serem usadas fazem parte da Estatística Inferencial que Segundo Assis, Sousa e Dias (2019) é um:

Conjunto de métodos e procedimentos utilizados para se realizar inferências ou extrapolação acerca de uma população ou universo estatístico, com base em estudos e avaliações obtidos numa amostra representativa dessa mesma população (p. 281).

Testes de Hipótese²³: dentre as ferramentas, o teste de hipótese é uma das mais destacadas. Trata-se de um método estatístico para decidir se uma afirmação sobre uma população é verdadeira ou não, utilizando-se uma amostra dos dados. O objetivo, no uso desses testes, é determinar se há evidências suficientes para apoiar ou rejeitar uma hipótese.

2.2.3 Elaboração do Relatório

→ Revise e edite o relatório final, garantindo que todas as seções estejam completas e bem estruturadas.

A divulgação da pesquisa pode ser feita mediante a redação de um relatório, incluindo introdução que contenha o escopo e objetivos, revisão do que já foi pesquisado sobre o tema, a metodologia escolhida, os resultados, as análises e uma discussão finalizando com as considerações finais. Para obtenção de um relatório bem apresentado e inteligível, será imperativo que passe por revisão tanto de conteúdo, quanto das normas de linguística (ortografia e gramática) e técnicas (ABNT²⁴).

Caso seja necessário, pode-se realizar uma apresentação dos resultados que contenha os achados do estudo e sua estruturação, de forma coesa e sucinta.

GRÁFICOS

Os gráficos são elementos cruciais para auxiliar na divulgação dos dados. Eles são parte da Ciência Estatística, já que transformam dados complexos em visualizações simples e

²³ Entre os tipos de testes de hipóteses existem os bilaterais e unilaterais à direita e à esquerda (Assis; Sousa; Dias, 2021).

²⁴ ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – Para maiores informações sobre normas relacionadas às pesquisas vide as Normas Brasileiras (NBRs): 5892 – datação, 6022 – publicação de artigos, 6024 – Numeração progressiva das seções de um documento, 6027 – elaboração de sumários, 6028 – resumos, resenhas e resenhas, 10520 – citações em documentos, 10719 – relatório técnico e científico, 14724 – apresentação de trabalhos e 15287 – projetos de pesquisa.

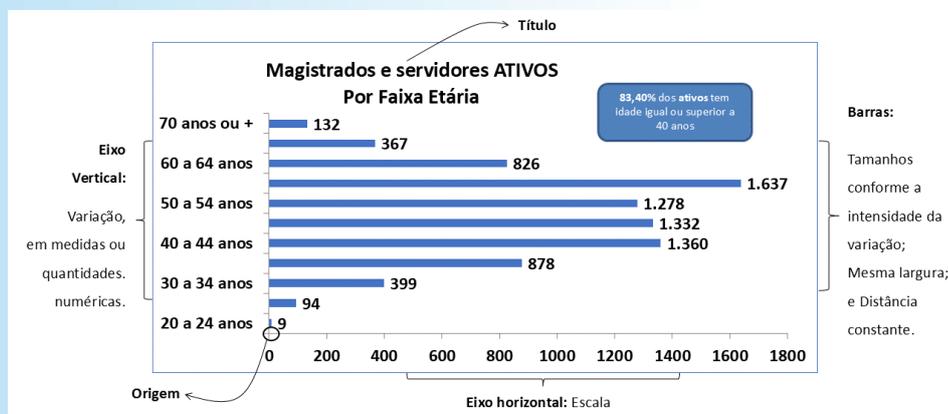
compreensíveis, facilitando a interpretação e análise das informações. Eles permitem identificar padrões e tendências, ajudando a tomar decisões informadas. Além disso, gráficos tornam a comunicação de resultados mais eficaz, garantindo que as conclusões sejam facilmente compreendidas para os diferentes públicos.

Tipos de gráficos

Existem diversos tipos de gráficos, com os principais sendo gráficos de colunas, barras e setores (pizza). Esses são frequentemente utilizados para mostrar como o todo se divide em partes e para apresentar proporções. Independentemente do tipo de gráfico, é essencial que todos incluam um título claro, os títulos dos eixos horizontal (abscissas) e vertical (ordenadas), uma legenda e a fonte dos dados da pesquisa.

Gráfico de barras

Recomendado para: comparar valores entre diferentes categorias, visualizar a frequência de diferentes categorias e analisar a distribuição de dados categóricos²⁵.

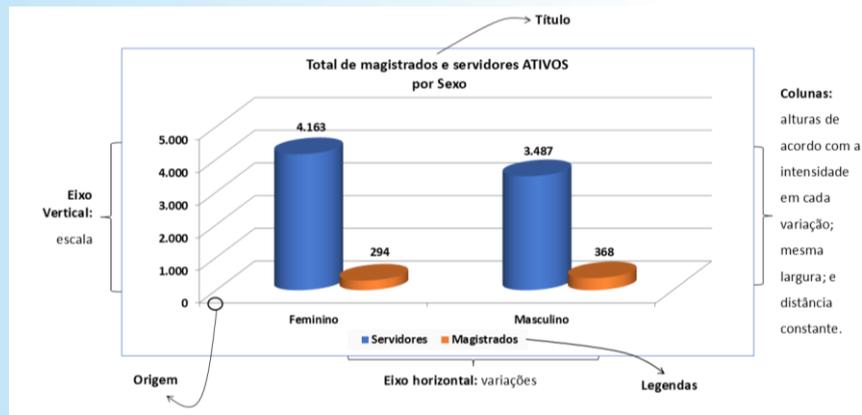


Fonte: adaptado de IBGE Educa e TJBA, 2023b.

Gráfico de Colunas

Recomendado para: comparar diferentes categorias ao longo do tempo. Exemplo de elementos do gráfico de colunas:

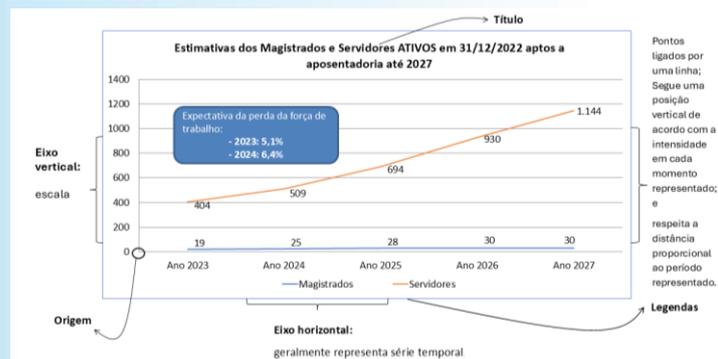
²⁵ "Dados consistindo em contagens ou observações que podem ser classificadas em categorias. As categorias podem ser descritivas" (ASSIS, SOUSA, DIAS, 2019, p. 206).



Fonte: adaptado de IBGE Educa e TJBA, 2023b.

Gráfico de Linhas

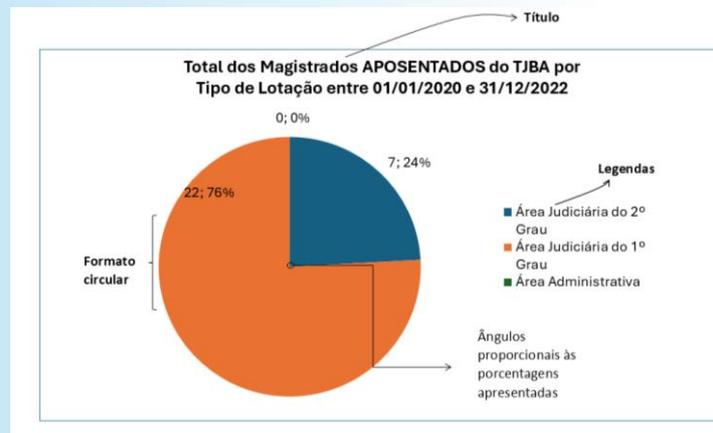
Recomendado para: quando uma das variáveis representa tempo e se deseja revelar a movimentação dos dados na perspectiva temporal. Exemplo de elementos do gráfico de linhas:



Fonte: adaptado de IBGE Educa e TJBA, 2023b.

Gráfico de Setores (Gráfico de pizza ou circulares)

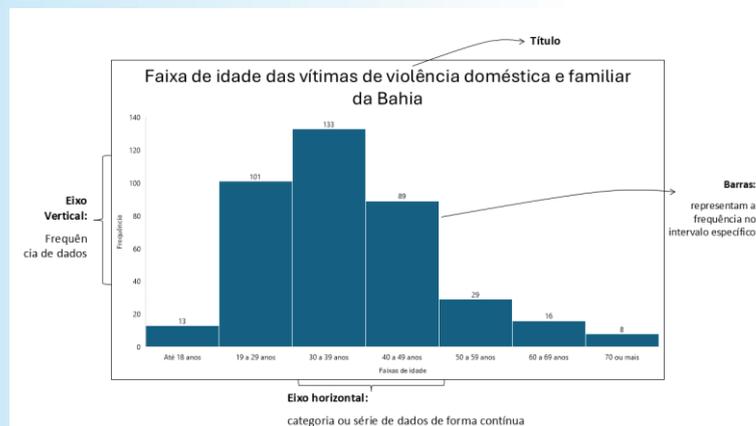
Recomendado para: visualizar dados de apenas uma categoria e os seus valores podem ser absolutos ou proporcionais. É útil para exibir a proporção de partes em relação ao todo. Exemplo de elementos do gráfico de setores:



Fonte: adaptado de IBGE Educa e TJBA, 2023b.

Histograma

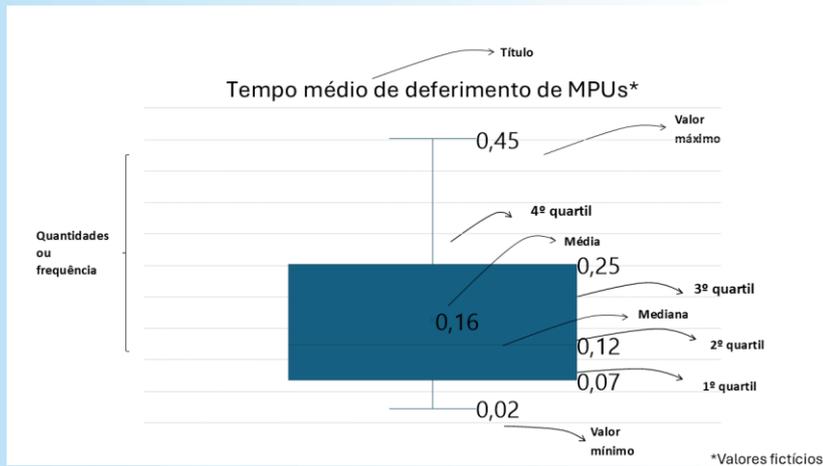
Recomendado para: dados contínuos em que se deseja analisar a distribuição dos dados ou verificar padrões. Exemplo de elementos do gráfico histograma (TJBA, 2024):



Fonte: adaptado de IBGE Educa e TJBA, 2023b.

Boxplot

Recomendado para: mostrar a distribuição de dados com base em quartis, fazer identificação de *outliers* e analisar a dispersão de dados com uso para variáveis numéricas contínuas, exemplo:



Fonte: TJBA, 2024.

2.2.4 Divulgação

→ Divulgue a pesquisa para o público interno da instituição e para o público externo (Publicação de relatório, apresentações em reuniões, debates em congressos e encontros etc.)

Divulgar a pesquisa é um passo relevante, na medida em que, de posse de informações e dados empíricos da realidade jurídica, pode-se tomar decisões institucionais assertivas e alinhadas na busca por excelência da prestação jurisdicional. Igualmente, a divulgação possibilita a dissipação de conhecimento sobre a organização entre magistrados, servidores, jurisdicionados, operadores do direito, organizações da sociedade civil e cidadãos. Para isso são utilizadas algumas ferramentas, como as listadas abaixo:

PAINÉIS

Os painéis (ou Dashboard) são uma ferramenta de visualização de dados utilizada para expor as métricas de uma instituição. Eles podem ser criados e atualizados manualmente ou estar integrados via API com um banco de dados e/ou sites, oferecendo informações analíticas em tempo real. Essa ferramenta também é capaz de reunir os dados de várias fontes em um único painel.

Como ponto positivo do uso de Dashboards está a facilidade de interpretação, agrupamento de vários dados e criação de sentido, o que possibilita acelerada análise para a

tomada de decisões. Algumas ferramentas de painéis úteis para divulgação de dados de pesquisas:

- [QlikView](#): amplamente utilizada no judiciário.
- [Power BI](#): ferramenta da Microsoft que pode ser integrada com outras ferramentas.
- [Tableau](#): intuitiva e de fácil uso para gerenciamento e apresentação de dados.
- [Shinydashboard](#): ferramenta de *software* livre.

PUBLICAÇÃO NO PORTAL DA ESTRATÉGIA

Para publicação no Portal da Estratégia é necessário que o relatório esteja em formato arquivo portátil (PDF) e seja submetido ao Grupo de Pesquisa Judiciária do TJBA, pelo e-mail: gpi@tjba.jus.br. Ressalta-se que os estudos publicados devem ter no escopo o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e/ou a Justiça Baiana.

PUBLICAÇÃO PELA UNICORP

A Universidade Corporativa Hermes Lima do TJBA (UNICORP) tem como objetivo a formação e aperfeiçoamento e valorização dos Magistrados e Servidores. Como parte dos princípios de divulgação do conhecimento, a UNICORP mantém publicações jurídicas como as Revistas **Educação para a Justiça**, **Entre Aspas** e **Unicorp em Pauta**, que acolhem artigos e publicações de Pesquisas Judiciárias.

Para mais informações, acesse: <http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp>

3 PESQUISA JUDICIÁRIA NO TJBA

Este capítulo tem como objetivo ao mesmo tempo documentar os processos de Pesquisas Judiciárias Empíricas realizados pelo Tribunal de Justiça da Bahia, bem como orientar as suas realizações, oferecendo um passo a passo que possibilita a realização de Pesquisas Judiciárias.

Cabe ressaltar, que a metodologia aqui apresentada é uma possibilidade para que sejam efetuadas pesquisas, porém é passível de adaptações e de novos desenvolvimentos, à medida que os próprios temas e objetos de pesquisa solicitarem. Além de que, a criatividade da equipe de pesquisa é sempre um fato que traz contribuições para que cada pesquisa tenha seu próprio programa metodológico. Deste modo, o plano aqui reportado descreve um dos modos como as Pesquisas Judiciárias têm sido efetivadas pelo Tribunal de Justiça da Bahia.

COMO FAZER

Passo 1 – Definição do tema de pesquisa

A definição dos temas de pesquisa é feita anualmente pelo Grupo de Pesquisa Judiciária, em conjunto com a equipe técnica. Os temas de pesquisa são registrados no “Plano de Ações para o ano” e submetidos ao Departamento de Pesquisa Judiciária (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça. Além do tema são registrados o título, o objetivo da pesquisa, a metodologia e datas de início e fim das atividades.

Também é utilizado o “Formulário de Projeto de Pesquisa, Diagnóstico ou Levantamento” (ANEXO I), no qual são definidos o objetivo central, objetivos específicos ou hipóteses, justificativa, metodologia, fontes bibliográficas, equipe e o cronograma.

Para efetivação da definição do tema é possível coletar dados iniciais, ter conversas com pessoas que tenham experiência com o tema escolhido e é recomendado realizar um levantamento bibliográfico, focalizado nos principais estudos sobre o tema, com especial atenção aos estudos de Pesquisa Judiciária e do CNJ. Também, pode-se optar por participar de curso e discussões sobre a temática, a fim de apreender mais sobre as dimensões do tema, o que possibilita agregar ideias significativas ao longo da pesquisa.

Passo 2 – Delineamento do escopo

O momento de definição do escopo da pesquisa é quando se estabelecem os parâmetros temporais e geográficos para a coleta (Ex.: serão coletados processos de todas as comarcas do TJBA considerando a série temporal de janeiro de 2023 a janeiro de 2024). No caso de estudos utilizando como fonte processos judiciais, na etapa de delimitação do escopo será necessário definir quais as classes processuais e quais assuntos será alvo de pesquisa. Além disso, no delineamento do escopo é quando se escolhe em qual sistema ou base de dados ocorrerá a extração das informações²⁶.

Passo 3 – Coleta inicial de dados

Nessa etapa, é realizada a extração automatizada dos dados. Nela, verifica-se a possibilidade de a extração ser feita diretamente no Sistema Exaudi ou se será necessário solicitar auxílio da equipe técnica de Tecnologia da Informação.

Passo 4 – Amostragem²⁷

Período em que são verificados os dados extraídos, inicialmente, e se realiza o tipo de amostragem escolhida. Verifica-se também se é possível passar à análise ou se será necessário realizar alguma complementação dos dados com uso de coleta manual.

Passo 5 – Coleta de dados manuais

Caso seja necessária a extração manual, se complementa a planilha de dados extraídos de forma automatizada, ou se cria um formulário para que a coleta seja orientada por perguntas. Com o instrumento criado, se testa a planilha ou o formulário e se efetua o treinamento da equipe para a coleta manual.

Passo 6 – Organização dos dados

De posse de todos os dados necessários para o andamento da pesquisa, é hora de efetuar a limpeza, organização e tratamento dos dados.

²⁶ Os principais sistemas utilizados em pesquisas são o EXAUDI, a base informações sobre recursos humanos, o sistema de produtividade e é possível fazer consultas diretamente na base de dados unificada do Tribunal (UNIJUD).

²⁷ Caso estejamos trabalhando com dados não processuais, a amostragem será realizada antes da coleta inicial dos dados.

Passo 7 – Análise

Nesse ponto são analisados os dados e se efetua a criação de gráficos, tabelas, quadros e, se preciso, serão efetuados os testes estatísticos.

Passo 8 – Discussão

De posse dos dados organizados e dos gráficos criados, transcorre o debate interno dos achados da pesquisa, para análises e verificação da necessidade de outros cruzamentos entre os dados e novos testes.

Passo 9 – Elaboração de relatório e/ou painel

Em seguida, elabora-se um relatório e/ou painel (*Dashboard*) para exposição dos dados de pesquisa.

Passo 10 – Apresentação dos resultados

Aqui, é o estágio da exposição dos resultados que poderá ser feita em uma apresentação com foco nos achados mais importantes. Após as devidas revisões, de acordo com as apresentações e discussões, faz-se a publicação da pesquisa.

PESQUISAS REALIZADAS PELO GPJ DO TJBA

Título da pesquisa
Medidas Protetivas de Urgências no TJBA (Lei Maria da Penha – 11.340/2006)
Introdução
A pesquisa produziu um panorama descritivo sobre as MPUs tramitadas no Tribunal de Justiça da Bahia analisando metadados e autos processuais dos anos de 2021 a 2023.
Objetivo central
<ul style="list-style-type: none">• Construir um panorama acerca das Medidas Protetivas de Urgência tramitadas no TJBA.
Objetivos específicos
<ul style="list-style-type: none">• Descrever o perfil das vítimas de violência doméstica e familiar e dos(as) supostos(as) agressores(as).• Caracterizar as circunstâncias das violências delineando um perfil.• Realizar a coleta informações sobre órgão proponente da denúncia.• Analisar a reposta judicial do TJBA.

Metodologia

O estudo considerou processos judiciais de solicitação de MPUs distribuídos nos anos de 2021 a 2023, nas classes 12423 (MPU - Infracional) e 1268 (MPU - Criminal). Foi realizado um levantamento dos dados disponíveis no Sistema de Gestão de Acervo Processual do TJBA (Exaudi), resultando na extração de metadados de 44.304 processos que não estavam sob segredo de justiça. Com base em uma amostragem aleatória simples, sem reposição, foram analisados 380 processos na etapa documental feita no sistema PJe.

Principais achados

O “Perfil da vítima” de violência doméstica e familiar na Bahia corresponde ao de uma mulher negra de cerca de 30 anos que se declara solteira e tem filhos em comum com o agressor. Trabalha como autônoma ou informal e possui ensino médio completo. O “perfil dos(as) supostos(as) agressores(as)” é semelhante ao das vítimas: a grande maioria são homens, de raça/cor negra, são solteiros(as), com escolaridade média e possuem ocupações informais. São geralmente mais velhos que as vítimas, estando na faixa de idade de 40 a 49 anos. A maior parte das violências foi do tipo psicológica, ocorreu à noite em casa e possui como principal motivo a separação após uma relação íntima de afeto. As denúncias e solicitações de Medidas Protetivas de Urgência foram originadas, em sua maioria, das delegacias gerais (63,85%). E as Delegacias Especializadas (DEAMs) contribuem com 32,45% dos encaminhamentos. A maior parte das decisões de MPUs são decididas em favor das vítimas, 50,26% são deliberadas em até 48h e 83,95% dos processos são movimentados corretamente. Quanto aos tipos de medidas deferidas, o acompanhamento psicossocial dos agressores e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas são as menos indicadas, com 3,72% e 0,91%.

Link para acesso a pesquisa: http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2024/10/Relato%CC%81rio-Estudo-MPUs-v.0.2_editado-1-1.pdf

EXEMPLO DE PESQUISA

Título da pesquisa

Estudo sobre a taxa de reforma do 2º grau sobre as decisões do 1º grau entre 2019-2022

Introdução

O trabalho buscou conhecer a Taxa de Reforma por meio da análise de como são decididos os recursos de apelação perante as Turmas das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Objetivo central

- O estudo teve por objetivo conhecer e prospectar o cenário quanto à Taxa de Reforma nas Turmas das Câmaras Criminais, analisando como são decididos os recursos de apelação das sentenças proferidas no 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, com a finalidade de fornecer uma base de dados consistente, e, assim, subsidiar os órgãos julgadores com informações relevantes.

Metodologia

O levantamento dos dados utilizados no estudo foi realizado por meio de Linguagem de Consulta Estruturada (*Structured Query Language*) - SQL na Base de Dados do Banco de Dados Único do Judiciário (UNIJUD), cujo filtro principal foi o de processos de “Apelação Criminal, Classe 417”, das Tabelas Processuais Unificadas, do Conselho Nacional de Justiça. O estudo se utilizou uma amostra de 13.626 processos das Turmas das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça da Bahia. Foram extraídos da base original os assuntos com maior frequência. Em função deste rol de assuntos, elencou-se sua distribuição por tipo de decisão (provimento, provimento parcial e não provimento), agregando-se os resultados, em seguida, por turma e câmara criminal. Isto posto, ato contínuo, realizou-se os cálculos das Taxas de Reformas das Decisões, estratificadas por: Taxa Geral, Maiores Assuntos e Turmas Criminais.

Principais achados

Apesar de existirem divergências entre as Turmas Criminais, conclui-se que as variações não são quantitativamente relevantes e nem suficientes para a conclusão de que há desequilíbrio ou desarmonia nos julgamentos entre elas. Por outro lado, o estudo apontou para diferenças substanciais das Taxas de Reforma em função do assunto: apenas para os assuntos “Furto” (52,0%) e “Furto Qualificado” (53,4%) há mais Apelações providas do que improvidas. Porém, para melhor entendimento, far-se-á necessário proceder a uma análise mais aprofundada sobre as situações que não aparecem com mais frequência nas Turmas Criminais do TJBA.

Link para acesso a pesquisa: <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2023/10/Relat%C3%B3rio-Estudo-Taxa-de-Reforma-da-Decis%C3%A3o-do-1%C2%BAG-v1.0.pdf>

Título da pesquisa

Estudo sobre a política de atenção integral à saúde de magistrados e servidores do Poder Judiciário da Bahia entre 2018-2022

Introdução

A pesquisa apresenta uma análise sobre os afastamentos por motivo de saúde no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com base no registro da quantidade dos atestados médicos fornecidos pelos magistrados e servidores, para servir como indicador na realização de programas e ações que visem contribuir na melhoria da saúde destes agentes públicos.

Objetivo central

- O estudo teve como objetivo conhecer quais são as doenças do CID-10 mais recorrentes nas licenças por motivo de saúde de magistrados e servidores, como também medir o índice de absenteísmo no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2022.

Metodologia

Foram analisados 5.673 atestados médicos de magistrados e servidores, registrados na Coordenação de Registros e Concessões (COREC) para justificar ausências no trabalho devido a doenças classificadas na CID-10, no período de 2018 a 2022. Considerando as seguintes variáveis: a) Tipo de informação: afastamento do magistrado/ afastamento do servidor; b) Código do CID-10; c) Descrição do CID-10; d) Sexo; e) Faixa etária; f) Subclassificação: área de atuação dos magistrados/ área de atuação dos servidores; e g) Quantidade de registros em que cada doença foi identificada. Esses dados foram posteriormente submetidos a uma análise, que compreendeu três fases: 1. Conhecimento do número de ausências registradas; 2. Levantamento das principais causas; e 3. Determinação do índice de absenteísmo relativo a doenças.

Principais achados

Ao analisar as informações, tendo como base os códigos da 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial da Saúde (OMS), verificou-se que a principal causa de ausência no trabalho foi por Doença por vírus, de localização não específica que representou 439 afastamentos. A segunda maior causa de afastamento foi Dorsalgia com 279 ocorrências. Em terceiro lugar, as doenças pertencentes ao grupo Outros transtornos ansiosos com 191 ocorrências.

Os afastamentos, de acordo com o sexo, tendo como base o total de 5.763 atestados médicos apresentados para os anos de 2018 a 2022, obtiveram o percentual de 65,5% para o sexo feminino e de 34,5% para o sexo masculino. Com relação aos CID's mais recorrentes por sexo, nota-se no sexo feminino que Outros Transtornos Ansiosos foi responsável por 157 atestados médicos e para o sexo masculino Dorsalgia apresentou 107 atestados médicos para o período de 2018 a 2022. Ressalta-se uma concentração maior de licenças médicas para a faixa etária de 46 a 55 anos, com 2.014 atestados médicos e menor concentração na faixa etária menor do que 35 anos com 305 registros. Nos últimos anos observa-se um impacto maior na proporção do número de atestados médicos nos magistrados do 2º grau. Em geral, os índices de absenteísmo dos servidores foram maiores que os de magistrados. Entretanto, no ano de 2022, o índice de absenteísmo tanto para os magistrados e quanto para servidores foi de 1,2%.

Link para acesso a pesquisa: <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2023/12/Estudo-Sobre-a-Pol%C3%ADtica-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-dos-Magistrados-e-Servidores-V1.5-PV.pdf>

Título da pesquisa

Estudo sobre a força de trabalho no TJBA relacionado a projeção das aposentadorias de magistrados e servidores para os próximos 5 anos (2023 - 2027)

Introdução

O trabalho mapeou o cenário atual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia quanto à evolução gradativa de suas aposentadorias pelo perfil de magistrados e servidores ativos com o objetivo de servir de material de apoio para melhor planejamento e tomada de decisão acerca da renovação, utilização e capacidade da força de trabalho que compõe as diversas áreas deste Tribunal.

Objetivo central

- Mapear o cenário atual do TJBA quanto à evolução gradativa de suas aposentadorias pelo perfil de magistrados e servidores ativos.

Metodologia

Levantamento de dados na base do SRH, sistema interno do TJBA, obtidos e analisados dados referentes à data de nascimento, ao sexo, às datas de início de exercício e de início de aposentadoria dos magistrados e servidores do TJBA, relacionados ao período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022. Foram identificados o tempo médio e a idade média em que os magistrados e servidores levaram para se aposentar. foram calculadas as projeções e as estimativas sobre os 8.312 magistrados e servidores ativos do TJBA, aptos a solicitar aposentadoria nos próximos cinco anos (de 2023 a 2027), associando o tempo médio e a idade média obtida na série-histórica 2020-2022.

Principais achados

A imensa maioria dos magistrados e servidores estão lotados na área judiciária do primeiro grau de jurisdição, dos 8.312 ativos 80,13% atuam na área judiciária do 1º grau, o que implica a este grau maior vulnerabilidade quanto à possíveis lacunas da força de pessoal; em função de se ter 46,38% da força de trabalho do sexo masculino e 53,62% do sexo feminino, o impacto deste grupo de observação, por conseguinte, será maior. Observa-se no que se refere ao planejamento da reposição da força de trabalho, há distribuições concentradas nas faixas etárias, onde 25,53% dos magistrados e 20,51% dos servidores habitam, respectivamente, no intervalo de 45 a 49 e 55 a 59 anos. Salienta-se que, para o grupo de servidores a maior concentração é, justamente, a faixa etária mais próxima da habilitação à aposentadoria, o que lhe confere um maior grau atenção.

Link para acesso a pesquisa: <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2023/10/Relat%C3%B3rio-pesquisa-aposentadoria-setembro-2023-v1.32-PV.pdf>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa é um processo de trabalho sistemático, usado, historicamente, para aprimorar os conhecimentos científicos e sua realização se consolidou como uma atividade típica dos cientistas e dos centros de pesquisa. Entretanto, o momento atual da sociedade, no qual um grande volume de dados é gerado diariamente, tem trazido à tona a necessidade de se tratar os dados de forma organizada, visto que, os dados são grandes tesouros que geram informações e conhecimento para as organizações. Em se tratando de instituições públicas judiciárias, o potencial de aquisição de conhecimento por intermédio da averiguação de dados e de pesquisas é ímpar, na medida em que as instituições são palcos de demandas sociais de variados temas. Com patrocínio do CNJ, desde 2022, os Tribunais adquiriram uma nova e durável competência de zelo, tratamento e investigação de seus dados. Para contribuir com essa missão, os Grupos de Pesquisas Judiciárias têm em suas atribuições a possibilidade de desenvolvimento de pesquisas, investigações e produção de diagnósticos.

Com vistas a aproveitar o potencial dos dados e das pesquisas, o TJBA vem, por meio deste Manual de Metodologias, contribuir para o delineamento de metodologias com a finalidade de colocar em prática as Pesquisas Judiciárias de natureza empírica, preconizadas na Resolução Nº 462 de 06/06/2022 do CNJ. O caráter principal do manual é contribuir para que as pesquisas realizadas sigam um padrão de excelência, no que concerne à concepção e operacionalização, assim, apresenta uma base conceitual vinculada à prática de investigações. Ademais, todo o ciclo de uma pesquisa é pormenorizado, desde o planejamento até a apresentação dos resultados. O cerne desse documento está na exposição das possibilidades de metodologias empíricas a serem empregadas, que são exemplificadas e têm fontes referenciadas. Procurou-se cobrir uma ampla gama de cuidados e diretrizes éticas a serem empregadas nas pesquisas, que são importantes para que a sua aplicação seja assertiva e resulte nos objetivos esperados e ainda, ofereceu-se um passo a passo de como as pesquisas vêm sendo feitas e um resumo dos estudos já realizadas nos anos de 2023 e 2024.

Espera-se, com a apresentação deste material, fornecer subsídios para preparação de pessoal técnico e documentação dos processos de trabalhos atuais. Na certeza da ambição maior de que as Pesquisas Judiciárias realizadas contribuam para a resolução dos problemas judiciais enfrentados pelo TJBA, tornando-se ferramenta relevante na prestação jurisdicional de excelência.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE PROJETO DE PESQUISA | DIAGNÓSTICO | LEVANTAMENTO

TÍTULO DO PROJETO:									
Tema:									
Objetivo central:									
Objetivos específicos ou hipóteses:									
Justificativa:									
Metodologia:									
Fontes bibliográficas:									
Equipe:									
CRONOGRAMA									
Início das atividades									
Definição do escopo	Planejamento	Coleta de dados	Tratamento de dados	Análise	Elaboração de relatório	Revisão	Apresentação	Publicação	Publicação
									Datas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABJ - Associação Brasileira de Jurimetria. **Laboratório**. São Paulo: ABJ, [20--?a]. Disponível em: <https://lab.abj.org.br/>. Acesso em: 29 maio 2024.
- ABJ - Associação Brasileira de Jurimetria. **Pesquisas**. São Paulo: ABJ, [20--?b]. Disponível em: <https://abj.org.br/pesquisas/>. Acesso em: 29 maio 2024.
- ALBERTIN, M. R.; KOHL, H.; ELIAS, S. J. B. **Manual do benchmarking**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 77-100.
- ASSIS, Janilson P.de.; SOUSA, Roberto P. de; DIAS, Carlos T. S. **Glossário de estatística**. Mossoró: EdUFERSA, 2019. [verbete: população, variável]. Disponível em: https://livraria.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/165/2019/07/Glossario-de-Estatistica_2019-1.pdf. Acesso em: 13 set. 2024.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin e GASKELL, George (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. p. 189-217.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 11 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14874.htm. Acesso em: 23 set. 2024.
- CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Conduzindo pesquisas com questionários online: Uma Introdução as Questões Metodológicas. In: SILVA, Tarcízio; BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro (Org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: IBPAD, 2018. p. 31-55. Disponível em: <https://s3.ibpad.com.br/livros/Estudando-cultura-e-comunicacao-com-midias-sociais.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Tempo dos processos relacionados à adoção no Brasil: uma análise sobre os impactos da atuação do Poder Judiciário**. Brasília: CNJ, 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp->

<content/uploads/2011/02/8aab4515becd037933960ba8e91e1efc.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Manual de utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciários**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/sgt/versoes_tabelas/manual/Manual_de_utilizacao_das_Tabelas_Processuais_Unificadas.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 462/2022, de 06 de junho de 2022**. Dispõe sobre a gestão de dados e estatística, cria a Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ) e os Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPJ) no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2022. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original1957532022060862a0ff41cae4d.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

CUNHA, Alexandre dos Santos. **Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias: Introdução à Pesquisa Judiciária**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2023. 1 vídeo (1h:45 min) [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fEY6C7cX6d4>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CUNHA, Alexandre dos Santos. Estudos empíricos em Direito no Brasil: produzindo conhecimento sobre o Direito e o sistema de Justiça. **Revista Diálogos sobre Justiça**, Brasília, DF, n. 2, p. 33-37, maio/ago., 2014. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/650c0835c07311b04026c0d2e52c867b.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

DEPARTAMENTO de Estatística da UFPR. **Estatística – Ensino Remoto**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2020-2021. YouTube. Playlist (66 vídeos). Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLQcLb-PUD9WNZnVBYDKEonioyJw3nEaOM>. Acesso em: 29 maio 2024.

ENAP. **Gestão do Conhecimento no Setor Público**: A gestão do conhecimento na era do conhecimento. Brasília, DF: ENAP, 2021. [módulo 1].

ENGEL, Tatiana G. e SILVEIRA, Denise T. **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ENTENDA como funciona a pesquisa de opinião pública. **Quaest**, Belo Horizonte, 31 ago. 2020. Disponível em: <http://blog.quaest.com.br/pesquisa-de-opiniao-publica/>. Acesso em: 29 maio 2024.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. In: PINHEIRO, J. Q.; GÜNTHER, H. (Eds.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 105-148.

IBGE educa: Professores. Principais tipos de gráficos para a educação básica. IBGE: Rio de Janeiro [20--?]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-recursos/20773-tipos-de-graficos-no-ensino.html>. Acesso em: 24 set. 2024.

MACIEL FILHO, A. R.; AQUINO, M. C. de; SALES, Nayade K. Benchmarking e a indústria do conhecimento: um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 215-236, abr./jun. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOREIRA, Terezinha J. R. V.; SANOTS, Marlei R.; MOREIRA, Antonia L. (Orgs.). **Estatística Básica para Cursos de Graduação**. Teresina: EduESPI, 2021. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/view/58/53/317-1>. Acesso em: 29 maio 2024.

O QUE é benchmarking? EDIT, Campinas, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www.escolaedti.com.br/o-que-e-benchmarking>. Acesso em: 29 maio 2024.

OKAMOTO, Ricardo Feliz; TRECENTI, Julio. **Metodologia de Pesquisa Jurimétrica**. São Paulo: Associação Brasileira de Jurimetria, 2022. Disponível em: <https://abj.org.br/materiais/livro/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PESSOA, Olivia. **Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias**: Pesquisa Empírica: o que é? Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2023. 1 vídeo (2h:08 min) [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r9tnU46b7HQ>. Acesso em: 03 jun. 2024.

PESSOA, Olivia. **Como fazer pesquisas - Pesquisa-ação como método de pesquisa no Judiciário**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2023. 1 vídeo (1h 48min) [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s5J0fANh8Ek>. Acesso em: 29 maio 2024.

PIANA, Clause F. B.; MACHADO, Amauri A. **Estatística Básica**. Pelotas: UFP, 2013. Disponível em: https://www.ufrgs.br/probabilidade-estatistica/extra/material/apostila_de_estadistica_basica.pdf. Acesso em: 29 maio 2024.

RIBEIRO, Ivan. **O novo patamar da pesquisa empírica em Direito no Brasil**. JOTA, 2024. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-novo-patamar-da-pesquisa-empirica-em-direito-no-brasil-03062024>. Acesso em: 09 set. 2024.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.

TJBA - Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. **Resolução TJBA nº 13, de 24 de agosto de 2022**. [Cria o Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ) no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e dá outras providências]. Bahia, ano 13, 24 ago. 2022. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2023/06/Resolu%C3%A7%C3%A3o-N%C2%BA13-GPJ-CNJ-24-agosto-2022.pdf>. Acesso em: 11 set. 2024.

TJBA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. **Pesquisa de Opinião 2023**: Metodologia, Análise e Resultados. Salvador: TJBA, 2023a. Disponível em:

<http://www5.tjba.jus.br/estrategia/index.php/pesquisa-de-opiniao-2023/>. Acesso em: 25 set. 2024.

TJBA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. **Estudo sobre a força de trabalho no TJBA relacionado a projeção das aposentadorias de Magistrados e Servidores para os próximos 5 Anos (2023 - 2027)**. Salvador: TJBA, 2023b. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/estrategia/wp-content/uploads/2023/10/Relat%C3%B3rio-pesquisa-aposentadoria-setembro-2023-v1.32-PV.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

TST - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Diretrizes da Pesquisa Judiciária no segmento da Justiça do Trabalho**. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2023. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/31882359/31892861/Diretrizes+Pesquisa+Judici%C3%A1ria+na+JT+.pdf/e9d22c00-9a56-858c-da2a-4059a7d99cce?t=1695232974643>. Acesso em: 09 de set. 2024.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

SOARES, Gabriela. **Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias: Técnicas para aplicação de questionários**. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2023. 1 vídeo (1h 40min) [Webinar]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yw-Bbi1juxM>. Acesso em: 29 maio 2024.

WEBER, Andréa Franciéle; PÉRSIGO, Patrícia Milano. **Pesquisa de opinião pública: princípios e exercícios**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/330/2019/10/POP.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2024.